ISSN 2525-4812 (versão online)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 10/12/2020
Aprovado em: 20/2/2021
Período de publicação: jan./jun. 2022

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 7 • n. 18 • Jan./Jun. 2022)

Como citar o artigo:

SOUSA, C. de F. M. de; LIMA FILHO, P. M. O quilombo na cidade: notas etnográficas sobre uma ocupação quilombola. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 7, n. 18, p. 161-177, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2022v7i18p161-177

O QUILOMBO NA CIDADE

NOTAS ETNOGRÁFICAS SOBRE UMA OCUPAÇÃO QUILOMBOLA

Claudiane de Fátima Melo de Sousa[1]
Petrônio Medeiros Lima Filho[2]

Resumo: Desde que foi garantido pela Constituição Federal de 1988 o direito à regularização fundiária de seus territórios, as comunidades quilombolas têm enfrentado diversos desafios, que passam por sucessivos cortes no orçamento, normas que tornam o processo longo e excessivamente burocrático e ainda infindáveis prazos contestatórios que deixam os processos em suspenso. No intuito de romper com esta ofensiva contra os direitos territoriais quilombolas, em maio de 2017 a Coordenação das Associações de Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (Malungu) organizou a primeira ocupação quilombola da história do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) SR01, em Belém, recolocando na pauta a questão quilombola e (re)criando "um espaço quilombola" na cidade de Belém. Neste artigo, com base em observação participante e entrevistas, apresentamos esta ocupação e os novos delineamentos do movimento quilombola a partir dela.

Palavras-chave: resistências, quilombola, ocupação quilombola.

THE QUILOMBO IN THE CITY: ETHNOGRAPHIC NOTES ON A QUILOMBOLA OCCUPATION

Abstract: Since the right to land tenure regularization of their territories was guaranteed by the Federal Constitution of 1988, *quilombola* communities have faced several challenges, which go through successive budget cuts, rules that make the process long and excessively bureaucratic and still endless contesting deadlines that leave suspended proceedings. In order to break with this offensive against *quilombola* territorial rights, in May 2017 the Coordination of the Associations of Remaining Communities of Quilombo

[1] Socióloga, mestre em Ciências Sociais e doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, professora da Secretaria de Estado de Educação do Pará (Sedu/PA) e trabalha no Instituto Nacional de Colonização, Técnica em Reforma e Desenvolvimento Agrário do nstituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Belém, PA.
E-mail: nanni.sousa@gmail.com
https://orcid.org/0000-0001-7868-1190

[2] Historiador, mestre em Antropologia, doutorando em Antropologia pelo programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), analista de Reforma e Desenvolvimento Agrário no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Belém, PA.
E-mail: petronio.mlf@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-1096-5135

do Pará (Malungu) organized the first *quilombola* occupation in the history of Incra SR01 in Belém, putting the *quilombola* issue back on the agenda creating "a *quilombola* space" in the city of Belém. In this article, based on participant observation and interviews, we present this occupation and the new outlines of the *quilombola* movement from it..

Keywords: resistances, *quilombola*, *quilombola* occupation.

Introdução

Em 8 de maio de 2017, dezenas de quilombolas oriundos de comunidades de diversos municípios paraenses surpreenderam os servidores e a direção da superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Pará (Incra) (SR01) quando chegaram à SR para ocupá-la. O objetivo era pressionar os gestores do órgão a dar respostas práticas à política de regularização dos territórios quilombolas que estão sob a jurisdição do Incra.

A aludida surpresa que esta ação causou nos servidores e direção do Incra SR01 não estava relacionada a uma ausência de ações de ocupação na instituição, pois ao longo de anos, movimentos sociais como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e outros têm recorrentemente ocupado o órgão com intuito de pressionar o Incra a dar celeridade no atendimento de suas pautas.

A surpresa também não estava relacionada a uma suposta ausência de motivos que justificassem uma ação como esta por parte dos quilombolas, pelo contrário, é notório que apesar do direito à titulação de seus territórios e a outras políticas públicas, como assistência técnica, os pleitos das comunidades quilombolas não têm sido atendidos, principalmente o direito a regularização de seus territórios.

Ano após ano a política de regularização de territórios quilombolas vem sofrendo sucessivos cortes. A progressiva redução do orçamento para regularização dos territórios quilombolas tem como resultado o agravamento da lentidão na implementação desta política, tornando a situação das comunidades ainda mais dramática, tendo em vista as constantes violações de seus direitos territoriais e da sua integridade física. A violência que sofrem por parte de seus litigantes se agrava com o arrastado ritmo em que segue a regularização dos seus territórios.

Apesar desse quadro, ao reivindicar seus direitos, nunca antes na cidade de Belém, capital do estado do Pará, tantas comunidades haviam se mobilizado para uma ação mais direta, como a vivenciada em maio de 2017. A surpresa generalizada estava justamente na mudança de atitude dos quilombolas que ao longo dos anos tem feito seus movimentos a partir dos espaços de participação institucionalizados, como conselhos e seminários realizados pelos movimentos sociais e reuniões na Superintendência Regional do Incra, em Belém, ou mesmo participação em eventos em Brasília.

Os quatro dias em que os quilombolas ficaram nas dependências do Incra e realizaram seu movimento foram marcados por intensas mobilizações. Pessoas de várias comunidades quilombolas se juntaram ao movimento, além de aliados como professores e estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Estadual do Pará (Uepa), incluindo estudantes negros

e negras que acessaram as universidades pelo sistema de cotas raciais. A ocupação quilombola também contou com apoio do Centro de Defesa do Negro no Estado do Pará (Cedenpa), da Associação dos Discentes Quilombolas e de outros movimentos sociais.

O ineditismo desta ação do movimento quilombola pode ser auferido na intensa cobertura jornalística que foi dada pela imprensa ao caso, com equipes dos principais canais de televisão paraenses que estiveram na sede do Incra ao longo destes quatro dias, realizando matérias diárias e veiculando-as no rádio, televisão e internet. Na última reunião entre os quilombolas e a direção do Incra durante a ocupação, que contou com a participação de um representante do Incra sede de Brasília, pelo menos três canais de televisão tinham equipes acompanhando e registrando a reunião, e fazendo entrevistas.

Figura 1. Audiência final da ocupação.



Fonte: Petrônio Medeiros (2017).

Figura 2. Auditório do Incra (SR01) na reunião final da ocupação.



Fonte: Petrônio Medeiros (2017).

Durante este período também nós, servidores do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas (SRTQ) Incra SR01, fomos demandados pelo movimento e direção da Superintendência Regional para produzir relatórios circunstanciados, com a situação de cada processo formalizado no Incra, a fim de que o movimento e a direção do Incra tivessem informações precisas e assim pudesse tratar de cada caso conforme suas respectivas especificidades.

A ocupação encerrou-se com uma audiência com grande participação dos quilombolas, e com as presenças da Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (Malungu), Promotoria da Vara Agrária, Ministério Público Federal (MPF), Instituto de Terras do Pará (Iterpa), Instituto para a Conservação da Biodiversidade Chico Mendes (ICMBio), Superintendência de Patrimônio da União (SPU), Centro de Estudo e Defesa do Negro no Pará (Cedenpa), comissão de direitos Humanos da Ordem dos Advogados Brasileira (OAB) e diversos grupos apoiadores da causa quilombola.

Nesse período, como servidores do Incra e lotados no serviço de regularização de territórios quilombolas, começamos os registros daquelas ações que foram muito diferentes de todas as outras que já havíamos presenciado ao longo de anos no órgão.

Um tempo depois da desocupação do Incra, procuramos a coordenação da Malungu, que é composta por membros de diversas comunidades quilombolas do estado do Pará e buscamos aprofundar o entendimento daquele momento a partir dos sentidos e significados atribuídos pelos próprios quilombolas sobre as ações e experiências vividas naquele movimento de ocupação.

Com este intuito, realizamos entrevistas preliminares com alguns quilombolas, o recorte inicialmente foi entrevistar quilombolas que são lideranças nas suas comunidades, que tenham relação orgânica com a Malungu e que tivessem participado diretamente da ocupação.

Neste artigo, apresentamos uma primeira reflexão a partir destes diálogos iniciais posteriores a ocupação, os quais interpretamos também a partir das impressões que tivemos ao participar intensamente deste momento e dos sentidos atribuídos pelos próprios protagonistas daquele movimento.

Como técnica de investigação, adotamos a entrevista etnográfica, que tem como característica principal a não diretividade, ou seja, concebemos a entrevista como um encontro de distintas reflexividades [a do antropólogo e a do(s) interlocutor (es)], onde se produz uma nova reflexividade.

Tendo isto em vista, as entrevistas foram conduzidas a partir de perguntas tema em que os interlocutores puderam expressar suas categorizações sobre o assunto, a partir das respostas que os interlocutores nos davam fazíamos perguntas de aprofundamento utilizando a técnica do gancho. (GUBER, 2011).

A não diretividade na entrevista parte do pressuposto de que aquilo que pertence à ordem afetiva é mais profundo e mais significativo e determinante dos comportamentos que o comportamento intelectualizado (MICHELAT, [s.d.] apud THIOLLENT, 1982, p. 85), este suposto, afirma Rosana Guber "[...] resulta em la obtención de conceptos experienciales [...] que permitan dar cuenta del modo em que los informantes conciben, viven y asignan contenido un término o una situación." (GUBER, 2011, p. 81).

Dada nossa experiência enquanto agentes públicos que convivem com movimentos de ocupação do Incra por outros movimentos sociais, o artigo também contém nossas reflexões acerca dos contrastes entre a ocupação quilombola e a ocupação de outros movimentos, as diferenças estão sobretudo em virtude do grande marcador que diferencia os quilombolas dos outros grupos e movimentos sociais, a identidade étnica em torno da qual gira todo o *ethos* de luta e movimento quilombola. Devido a situação de conflito e violência vivida por essas comunidades quilombolas e que afeta principalmente suas lideranças optamos por não identificar nossos entrevistados.

A ocupação quilombola: "nós não somos como os outros movimentos, nós somos diferentes e quisemos mostrar isso! "[3]

Antecedentes

> No Brasil, o expressivo número de comunidades quilombolas, composta quase que exclusivamente por trabalhadores e trabalhadoras rurais negros e negras, começou a despertar a atenção de vários setores da sociedade brasileira. Essa emergência das comunidades quilombolas não foi algo que aconteceu de forma involuntária. Essa visibilidade tem suas origens na crescente organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e na ascensão do movimento negro brasileiro, enquanto movimento político organizado que afirma a identidade étnica inserida no conjunto das lutas dos(as) quilombolas pela posse de suas terras centenárias. (PROJETO VIDA DE NEGRO; CENTRO DE CULTURA NEGRA-MA, 2010, p. 296).

O Brasil passou por mais de trezentos anos de escravidão e longe de negros e negras terem sido passivos ao cativeiro, as muitas lutas, por vezes ignoradas na história oficial, rebeliões, revoltas e a organização dos quilombos evidenciam as resistências do povo negro, neste sentido, os quilombos, afirma a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq):

> representaram, durante o regime colonial e imperial, uma forte estratégia de resistência negra e um elemento de desestabilização da lógica escravista, uma vez que se constituíam como ruptura social, ideológica e econômica com o modelo vigente. (COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS, 2010, p. 272).

A Lei de terras de 1850 foi um grande golpe nas comunidades rurais, em especial nas comunidades negras que ao longo dos séculos acessaram a terra de diversos modos, por meio de compras, heranças, doações de antigos senhores, prêmios por participação em guerras, dentre outras formas desconsideradas pela Lei de Terras. Deste modo, já no período colonial, as comunidades negras enfrentaram o vilipêndio do direito às suas terras, hoje sua principal bandeira de luta.

A Conaq (COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS, 2010, p. 280) esclarece que atualmente a titulação dos territórios quilombolas tem sido a maior bandeira do movimento negro, isto porque "[...] é a partir do território que a comunidade constrói e concebe seus mais importantes aspectos educacionais, de saúde, de sustentabilidade, enfim, seus aspectos sociais, culturais, econômicos e históricos".

No Estado do Pará a luta enfrentada para a titulação dos territórios quilombolas não têm sido diferente das lutas empreendidas em outras partes do país, isto porque há muitas resistências ao reconhecimento dos seus direitos territoriais, o que se manifesta na constante negação dos direitos de negros e negras, seja enquanto indivíduos, seja enquanto coletividades.

Assim como a abolição da escravatura não significou o fim do calvário e nem se traduziu automaticamente em liberdade, a garantia constitucional do direito à titulação de seus territórios também não tem sido de fato implementada, isto porque a despeito da legislação, há outros dis-

[3] Afirmação recorrente entre as lideranças quilombolas presentes na ocupação.

positivos e práticas institucionais que retardam ou mesmo inviabilizam a efetivação desse direito fundamental e primordial para o acesso a outros direitos, trata-se do racismo estrutural[4].

Aderval Costa Filho (2016) aponta que em se tratando das comunidades quilombolas a maior parte das denúncias de violação de Direitos Humanos está relacionada à questão da terra/território e envolvem:

> [...] lentidão no processo de regularização fundiária, despejos e reintegração de posse de terra violentos e ilegais, expansão desordenada e criminosa da fronteira agrícola pela monocultura, da fronteira minerária, da matriz energética, trabalho escravo, grilagem de terras, ações de intimidação, violência e agressão armada, omissão do judiciário ou conivência ante práticas ilegais de grandes proprietários (incluindo o Estado), falta de apoio técnico e de serviços públicos para grupos etnicamente diferenciados, contaminação por agrotóxicos, etc. (COSTA FILHO, 2016, p. 276).

Todo esse grupo de violação de Direitos Humanos tem sido vivenciado pelas comunidades quilombolas no Estado do Pará. Sendo a lentidão na regularização fundiária o calvário comum a todas, haja vista que a falta de regularização fundiária encoraja toda forma de violência contra elas.

O'Dwyer (2016) afirma que a titulação coletiva dos territórios quilombolas é um projeto político de luta pela autonomia dos modos próprios de fazer, criar, viver e isto alimenta o espírito de luta por direito a ter direitos, afirma Ilka Leite (2016), segundo a qual é obra da:

> [...] formação da consciência libertária introduzida desde a África no Brasil pelas revoltas e rebeliões, como a marca inconfundível das lutas pan-africanistas nos contextos das chamadas diásporas, que foram gestadas nos séculos anteriores, mas que se tornaram mais fortes e visíveis e se ampliaram em todo cenário político mundial durante o século XX. (LEITE, 2016, p. 290).

Não obstante toda luta pelo direito a ter direitos, as comunidades quilombolas têm no âmbito legal seus maiores desafios, conforme assevera Costa Filho (2016) ao enumerar diversas medidas que visam sobrepor-se e restringir o direito constitucional de titulação dos territórios tradicionalmente ocupados.

Na época em que Costa Filho (2016) escreveu seu artigo e também no período da ocupação quilombola, estava em votação no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade 3239, impetrada pelo Partido da Frente Liberal (atual Democrata-DEM) contra o Decreto 4887/2003 (BRASIL, 2003), que é o principal instrumento legal que regulamenta os procedimentos para identificação, reconhecimento, demarcação e titulação de territórios quilombolas.

Em 2018, foi concluída a votação da ADI, esta foi considerada improcedente pela maioria dos ministros, ratificou-se assim a constitucionalidade do referido Decreto. No entanto, na arena legal esse não era o único desafio, tendo em vista que há em tramitação diversos outros dispositivos que objetivam cercear, dificultar ou mesmo sustar o direito à autoatribuição e às terras tradicionalmente ocupadas.

[4] Ver: ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

Foi apensada à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, a PEC 161/2007. A PEC 215/00 visa incluir dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas e a ratificação das demarcações já homologadas. A PEC 161/2007 tem o mesmo objetivo, mas inclui os quilombolas.

Na época da ocupação quilombola, estava também em fase de finalização a Comissão Parlamentar de Inquérito Funai/Incra, que tinha como objetivo descredibilizar todo o trabalho de demarcação de terras indígenas e territórios quilombolas, bem como da reforma agrária no país.

PLs, PECs e a referida CPI fazem parte de um mesmo plano de tentativa de deslegitimação do trabalho dos antropólogos, perseguição a quem trabalha com a política de regularização de territórios quilombolas, sucateamento do INCRA, perseguição aos movimentos sociais e tentativa de controle legislativo sobre a regularização dos territórios, com o objetivo de atender aos interesses de ruralistas e grandes empresas e até mesmo de pequenas oligarquias que estão em litígio com comunidades quilombolas, ou mesmo especulando sobre esses territórios.

Além desses desafios, Costa Filho (2016) cita outros que estão no âmbito do processo extremamente burocratizado no Incra, sujeito a querelas políticas alheias (e às vezes) contrárias aos interesses das comunidades quilombolas. Cita o fato da aprovação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) estar sujeito ao Conselho de Decisão Regional (CDR) em que participam os chefes das Divisões de Administração, Desenvolvimento, Ordenamento da Estrutura Fundiária, Obtenção de Terras, a chefia da Procuradoria Federal Especializada e o superintendente regional do Incra, sem que o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas (SRTQ) tenha assento, ainda que possa ser convidado a participar, tem direito a voz, mas não tem direito ao voto.

Estrutura semelhante é a do Conselho Diretor, mas em escala nacional, sendo composto pelos Diretores às quais as Divisões acima mencionadas fazem parte, o chefe da Procuradoria Federal Especializada Incra/sede e o presidente deste Instituto. Todas essas são instâncias internas de decisão do Incra que não contam com uma divisão técnica, sendo as decisões muito mais de cunho político.

Para exemplificar sua preocupação, Costa Filho (2016) cita o caso do Quilombo Gurutuba, em Minas Gerais, em que a aprovação do RTID levou mais de dez anos porque os membros do CDR não chegavam a um consenso sobre a pertinência e aceitação do referido documento, sem o qual não há como prosseguir qualquer ação de reconhecimento e regularização do território quilombola.

Some-se a isto um memorando circular, de 2013, em que o então presidente do Incra acresce (ilegalmente) aos procedimentos a exigência de que o SRTQ das superintendências, após o RTID aprovado no CDR, preencha uma ficha resumo do RTID a ser apreciada pela Diretoria de Ordenamento Fundiário em Brasília, e somente após análise e concordância desta, poderá (ou não) ser descentralizado orçamento e recursos financeiros para publicação do RTID.

Recentemente, já na gestão do governo Bolsonaro, instituiu-se mais uma barreira. Trata-se da auditoria. Esta auditoria faz basicamente o que as Procuradorias Federais Especializadas (PFE) fazem, que é verificar se em cada etapa do processo de regularização dos territórios o rito

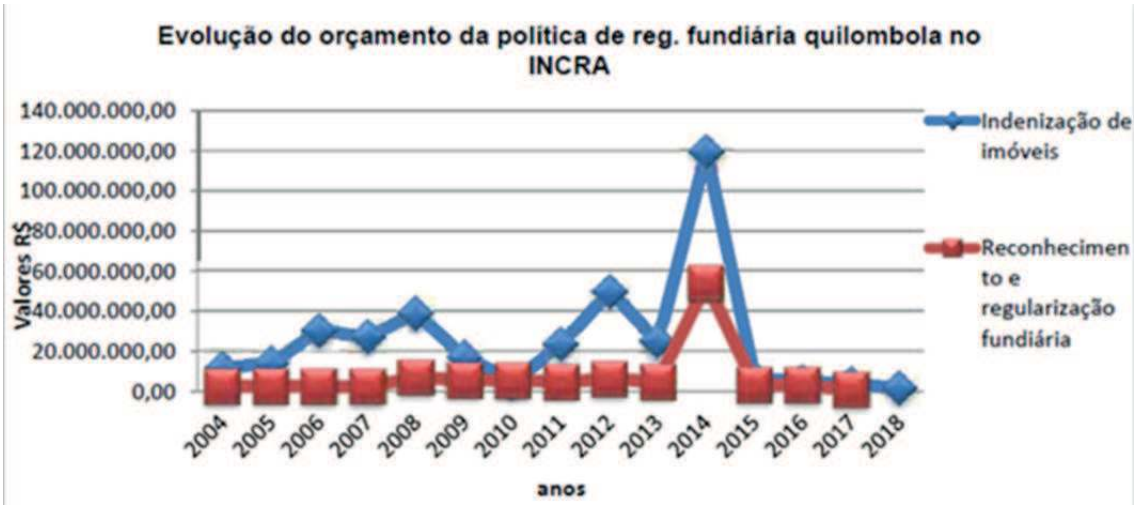
legal foi seguido. Porém, a auditoria não substitui as PFE, ela é mais um órgão posto entre os quilombolas e a regularização fundiária requerida.

Esses são só alguns exemplos das barreiras, ou diques nos dizeres de Costa Filho (2016), que devem ser rompidos para que se tenha a efetivação dos direitos territoriais quilombolas, que em última instância é o direito à vida, à identidade, à reprodução física, cultural e social, o direito à identidade, à diferença e a viver de acordo com seus modos e costumes.

Como vimos em exemplos anteriores, o racismo estrutural tem marcado de modo indelével a relação entre comunidades quilombolas e Estado e por isto a efetivação dos direitos constitucionalmente garantidos não tem sido fácil, nem ágil. Até 2003 a Fundação Cultural Palmares emitiu apenas 17 títulos em favor das comunidades quilombolas.

A partir do Decreto 4887/2003 a responsabilidade pela titulação passou a ser do Incra e de acordo com levantamentos feitos junto este Instituto (BRASIL, 2018) temos que de 2004 até 2017 foram abertos 1.715 processos de regularização de territórios quilombolas, destes 259 estão com RTID prontos, 141 com portarias reconhecendo os limites do território quilombola, 82 com Decreto de reconhecimento do território quilombola e autorização para proceder as desapropriações dos imóveis que incidam sobre o território e 116 territórios titulados, ou seja, 1.117 processos ainda estão abertos sem que tenha sequer iniciado ou concluído a primeira fase que é a fase de estudos.

Figura 3. Evolução do orçamento da política de regularização fundiária quilombola no Incra.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Portal da Transparência (BRASIL, 2018).

Esse resultado fica muito aquém das necessidades e demandas do movimento quilombola. O orçamento público federal para atender a política de regularização de territórios quilombolas, nos últimos anos, tem passado por expressivos cortes, ao ponto de passar de 25 milhões de reais em 2015 para pouco mais de dois milhões e trezentos mil reais em 2018, sendo a ação de indenização dos imóveis a serem desintrusados (desapropriados ou indenizadas as benfeitorias) para titulação dos territórios quilombolas a que sofreu a maior redução.

Fernando Prioste (2016) aponta que na contramão dos cortes na política de regularização de territórios quilombolas, o setor de cana-de-açúcar recebeu no final do ano de 2015 um bilhão e meio de reais para financiar o plantio de 400 hectares de cana. O autor ressalta que ainda hoje, a mesma indústria açucareira que utilizou por quase quatro séculos a mão-de-obra escrava de negros e negras tem apoio e financiamento político absolutamente desproporcional quando comparadas com as demandas quilombolas.

Diante do quadro incipiente de regularização fundiária, o Pará foi notícia nacional por ser a unidade da federação que mais titulou territórios quilombolas. Num processo menos burocrático que o rito estabelecido pelo Decreto 4887/2003 (BRASIL, 2003) e pelos normativos internos do Incra, a titulação realizada pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa) tem sido de fato mais célere.

Em que pese os méritos dessa política, há casos em que o governo do estado do Pará por meio do Iterpa não procede a desintrusão de ocupantes não quilombolas presentes no interior dos território coletivos e acaba titulando uma área ínfima que não garante a reprodução física, social e cultural das famílias, nem as livra das dificuldades advindas das pressões sobre seus territórios. No caso da comunidade quilombola de Piratuba, em Abaetutuba, para citar um exemplo, a terra onde viviam os ancestrais dos quilombolas, onde é o sítio arqueológico, ficou sob o domínio de um produtor de mandioca que veio de Santa Catarina e lá se estabeleceu.

É por esses e outros desafios que o movimento quilombola vem se articulando para vencer uma luta que é contra o aparato do Estado, contra a ofensiva do capitalismo sobre seus territórios, ou seja, contra um conjunto de práticas que chamamos de racismo estrutural.

A organização da ocupação quilombola, um exemplo de Ação Direta

O quadro que acabamos de delinear é apenas para apontar o que os quilombolas nas mais longínquas comunidades sabem e sentem na pele, porque vivenciam os resultados do desenho político por qual passa o país, como evidencia uma de nossas interlocutoras: "[...] não sei há quantos anos não sai um título para as comunidades quilombolas"; outra interlocutora reforça "[...] a gente vem convivendo com a esperança de que ano que vêm sai o título, ano que vêm sai o título e o título nunca sai. Pra gente a conquista do título é de suma importância por conta desses conflitos que a gente está vivendo e sobrevivendo"[5]

A realização da ocupação quilombola no Incra SR01 não foi fruto de um impulso momentâneo ou de algo decidido de uma hora para outra, de fato, nas entrevistas que realizamos ficou evidente que a ocupação do Incra foi uma proposta que veio sendo amadurecida ao longo de anos, foi devido ao acirramento da ofensiva contra as comunidades quilombolas que o movimento foi de certa forma foi obrigado a recorrer a essa estratégia.

Os entrevistados indicam uma ação realizada pelos quilombolas no Incra no ano de 2008, como um marco que gerou as primeiras reflexões e proposições no sentido de uma ação direta mais radical. Naquela ocasião os quilombolas fecharam a porta do auditório em que se realizava uma reunião com representantes de vários órgãos públicos e decidiram que só sairiam dali com uma resposta concreta para suas demandas. Os entrevistados relembram que até 2008 o Incra não

[5] Informação fornecida pelos quilombolas em rodas de conversa e trocas de experiências, em maio 2017.

vinha fazendo nenhuma ação, principalmente no Marajó e depois desse ato, conseguiram alguns avanços.

Diante da letargia na qual a política de regularização de territórios quilombolas submergiu novamente e das consequências negativas para as comunidades, evidenciadas pelos tantos relatos de violência contra quilombolas, entre os quais o caso da violência contra a comunidade quilombola de Gurupá (município de Cachoeira do Arari – Marajó) é sempre evidenciado como um dos exemplos mais emblemáticos. Assim, a decisão de ocupar a SR 01, segundo os entrevistados, era uma decisão de vida ou morte, literalmente:

> [...] Principalmente do Marajó que são muitas comunidades e que temos muitos conflitos com fazendeiros e agora arrozeiros. E aí nós do Marajó sempre pensamos assim, tem que fazer alguma coisa... as coisas estão muito paradas, tão muito paradas, as comunidades estão sofrendo ameaça, morte...a morte do seu Lalor [...] o pessoal do Gurupá com o que vinha acontecendo, das ameaças, das proibições deles tirarem o açaí deles e também atentados...o pessoal ia pro mato cultivar seu açaí e o (fazendeiro) ele mandava seus capangas pro mato, aí acontecia muita coisa lá. Eles atiravam nos quilombolas, e aí a polícia de Cachoeira do Arari ia junto, prenderam quilombolas. E aí tudo isso, pensamos, temos que forçar a Malungu a fazer uma ocupação ou coisa assim.[6]

As lideranças, principalmente da região do Marajó, viam que a ocupação era a saída, mas por diversos motivos esta ação de ocupação ficou anos sendo gestada, conforme expressa a fala a seguir e que foi comum a todos os interlocutores:

> Essa ocupação do Incra já era uma proposta antiga, mas como a companheira ressaltou, a gente não tinha experiência nesse campo e, tão pouco, estrutura. Então a gente não sabia como ia fazer essa ocupação. Quando um queria, um grupo tava assim mais firme o outro fraquejava porque não sabe, não sabia mesmo como lidar com isso.[7]

Além da questão da falta de experiência, recursos financeiros e infraestrutura para arcar com uma ocupação de um público, a questão da segurança também pesou muito e este temor embalou o adiamento da ocupação, pois temiam represálias dos fazendeiros que conflitam com os quilombolas pela posse da terra.

> Nós tínhamos medo de algo acontecer, da gente vir pra ocupação de ter pessoas infiltradas pelos fazendeiros, pelas coisas que tão acontecendo, [...], então isso faz com que nós lideranças tenha um pouco de medo. Até porque a maioria das lideranças tem família, tem filhos, então a gente vem pro movimento, vem pra uma ocupação dessa, será que vai voltar do mesmo jeito que veio?[8]

O ânimo/desânimo em ocupar ou não ocupar o Incra preencheu parte do tempo de luta das comunidades quilombolas do Marajó, até que no ano de 2017, durante uma assembleia geral da Malungu, o assunto foi colocado em pauta e as regionais[9] Tocantina, Baixo Amazonas e Nordeste Paraense endossaram a ideia da regional do Salgado e a proposta da ocupação foi vencedora, deste modo, apesar das reações contrárias, a ocupação entrou na programação do movimento como uma agenda e estratégia de luta.

[6] Informação fornecida pelos quilombolas em rodas de conversa e trocas de experiências, em maio 2017.
[7] Informação fornecida pelos quilombolas em rodas de conversa e trocas de experiências, em maio 2017.
[8] Informação fornecida pelos quilombolas em rodas de conversa e trocas de experiências, em maio 2017.
[9] A Malungu está organizada de modo descentralizado, com sede em Belém, e conta com cinco regionais: Nordeste Paraense, Guajarina, Baixo amazonas, Tocantina e Salgado (esta abrange os municípios do Marajó).

"A gente só quer dizer, estamos aqui!": A ocupação quilombola do Incra

Uma vez vencidas as disposições contrárias, era hora de pensar no como ocupar a superintendência do Incra. Primeiro precisava-se de um grande contingente, e a regional do Salgado assumiu para si a responsabilidade dessa mobilização. Depois os quilombolas buscaram apoio com parceiros a fim de viabilizar a estadia nas dependências do incra pelo tempo que fosse necessário.

> No primeiro momento pensamos: ocupar como? Como a gente vai ter um apoio? Como vai ser? O pessoal do MST quando ocupa leva panela, leva tudo pra lá. A gente não levou tudo. Pedimos ajuda pras organizações como a UFPA, para alguns companheiros nossos, a UEPA também, CEDENPA. Aí falaram, se vocês forem pra lá...aí falamos, a gente não tem nada. Nada, nada. A gente não tem nada. A gente não tem comida não tem nada. Se a gente ocupar vocês ajudam? Não a gente ajuda sim, a gente ajuda vocês.[10]

Ao mesmo tempo em que se lançaram na ocupação os quilombolas buscaram mobilizar sua rede de aliados, explicando o que aconteceria e pedindo ajuda tanto das outras comunidades na participação da ação, como para outros aliados ajudarem com a infraestrutura para manter os quilombolas o tempo que fosse necessário no Incra. No cálculo feito pelo movimento quilombola, a ocupação duraria pelo menos quinze dias, o objetivo era forçar a vinda de um representante da sede do Incra em Brasília que pudesse garantir recursos para a regularização de territórios.

Feitos esses contatos, as lideranças quilombolas também conversaram com lideranças de outros movimentos que já tinham experiência acumuladas na estratégia de ocupar órgãos. Não obstante, os quilombolas terem buscado informações com os movimentos sociais que já tem bastante experiência neste tipo de estratégia, fizeram questão de demarcar suas diferenças.

> [...] o pessoal perguntava, vocês vão fazer igual o pessoal dos Sem Terra, vão fechar tudo? Não. A gente não quer fechar tudo. Até porque a gente quer só dizer estamos aqui. A gente quer dá uma olhada nos nossos processos, a gente quer ver como é que tá, a gente quer que vocês deem uma resposta e a gente quer também que saia com data e tudo.[11]

Uma coisa que os interlocutores ressaltaram, como preocupação foi a decisão de ocupar sem interromper as atividades no Incra, faziam questão de que a rotina de trabalho no órgão fosse mantida.

> A gente sempre respeitou os espaços. (...) como o INCRA tava em horário normal de trabalho a gente sempre respeitava isso. Sempre a gente se reunia sem fazer zoada. A gente só fazia nossas músicas, nossas cantorias à noite porque sabia que não taria mais funcionando, aquele horário estaria livre.
>
> A gente não queria incomodar as pessoas que estavam trabalhando e sim a gente queria só fortalecer a gente. Então por isso que a gente fazia nossos tambores à noite pra nós, e aí a gente cantava entre nós no auditório.[12]

[10] Informação fornecida pelos quilombolas em rodas de conversa e trocas de experiências, em maio 2017.
[11] Informação fornecida pelos quilombolas em rodas de conversa e trocas de experiências, em maio 2017.
[12] Informação fornecida pelos quilombolas em rodas de conversa e trocas de experiências, em maio 2017.

Na interpretação dos nossos interlocutores quilombolas, a ocupação do Incra SR01 além da luta por direitos territoriais foi também um ato de luta contra o racismo, preconceito e a discriminação:

> Pra mim isso foi bastante importante, mostrar pras pessoas que tem esse preconceito contra o povo negro, principalmente os quilombolas, que nós somos unidos e pacíficos. Porque até então as pessoas, quando se trata de negros e quilombolas eles acham que vão só pra bagunçar, pra fazer confusão. E a gente mostrou que não somos isso. Somos pessoas comuns que nem as outras pessoas e que apenas estamos lutando pelos nossos direitos que anos e anos foram tirados.[13]

A estratégia de ocupação dos quilombolas foi manter a instituição funcionando, mas com sua presença física constante buscaram criar uma pressão, nas suas próprias palavras "para que a instituição soubesse que estavam ali e atendessem suas pautas", esta estratégia de manter os portões abertos e a rotina da instituição funcionando buscava também evitar uma criminalização da ocupação que viesse a ser feita pela direção do Instituto, no sentido de acusar os quilombolas de, segundo a palavra dos interlocutores, "baderneiros" e dar margem para que o superintendente pudessem agir no sentido de usar a força policial para obrigar a desocupação do órgão, o que frustraria os objetivos de resistência.

A organização espacial da ocupação: "ocupa três lugares: a rua, o gabinete e o auditório e recria o quilombo na cidade"

Antes de falarmos da ocupação em si, gostaríamos de pôr o leitor um pouco dentro do Incra para que compreenda melhor essa dinâmica e a organização do movimento. O Incra, na época, estava organizado em quatro divisões, que correspondem as áreas de atuação do órgão além da administração. Destas divisões a área diretamente relacionada com a regularização dos territórios quilombolas pertencia a chamada Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, conforme mostramos na figura a seguir.

O Incra em Belém funciona em uma área de bosque, com edificações em blocos separados entre si. Os prédios dispostos do mesmo lado são unidos por passarelas cobertas, e separados dos outros prédios por duas ruas e uma área de estacionamento que fica bem no centro. Além dos blocos principais, o Incra ainda tem edificações na lateral, e uma área cedida à Associação de Servidores do Incra (Assincra) que possuem quartos que ficam disponíveis para o alojamento de servidores vindos de outros Estados, conta ainda com banheiros, um auditório e um campo de futebol.

No final do prédio (Figura 4A) fica o gabinete da superintendência; No prédio "C" o serviço de regularização de territórios quilombolas; no "D" fica o auditório principal; no "E" fica a Divisão de Ordenamento da estrutura fundiária e no "F" a área de recreação da Assincra, local utilizados pelos quilombolas para dormir, fazer suas refeições e as rodas de conversa e de músicas.

Optamos por oferecer essa visão da superintendência com a finalidade de que fosse mais bem compreendida a disposição dos quilombolas no espaço, como se distribuíram pela superintendência e suas estratégias, bem como fica mais fácil visualizar as diferenças no modo de ocu-

[13] Informação fornecida pelos quilombolas em rodas de conversa e trocas de experiências, em maio 2017.

Figura 4. Vista de cima da Superintendência do Incra em Belém.



Fonte: Google Maps (2020).

par desses em relação a outros movimentos, e essa diferença não é dada por nós, é destacada pelos interlocutores.

A chegada dos quilombolas foi marcada pelas bandeiras de cada comunidade quilombola e pelos tambores coloridos, ambos foram estrategicamente posicionados para chamar atenção na entrada do bloco onde fica o auditório, de modo que todos que entrassem no Incra podiam ver os símbolos da luta e resistência.

A dinâmica da ocupação empreendida no Incra seguiu uma estratégia de ocupar três espaços. Uma parte das pessoas ficou alojada dentro do auditório onde se realizavam as reuniões mais amplas, com esta ocupação eles mantinham esse espaço aberto, e detinham certo controle sobre ele.

O segundo ponto foi manter um grupo na entrada do bloco do auditório, que permitia aos manifestantes explicarem para as pessoas que entravam no Incra que se tratava de uma ocupação pacífica e que ninguém ia impedir ninguém de entrar e trabalhar, na verdade, os quilombolas diziam: "viemos trabalhar junto com os servidores".

Na entrada do bloco onde fica o auditório, lideranças recebiam quem chegava de outras comunidades, explicavam o que tinha ocorrido até o momento, registravam a pessoa, levantando nome e localidade e dali a encaminhavam para um dos locais que estavam sendo utilizados como base de apoio.

Quando o auditório não estava sendo utilizado para reuniões com gestores e autoridades do Incra e de outros órgãos públicos, ele servia para que servidores dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, enviados pelos respectivos procuradores, levantassem e registassem as demandas das comunidades bem como as denúncias de violências e desrespeitos aos direitos dos quilombolas. A imprensa também era recebida neste local.

Nos dias que ocorreu a ocupação, as lideranças presentes fizeram questão de se revezar na recepção de novos quilombolas que chegavam, no atendimento à imprensa e para receber os aliados do movimento. Aos novos quilombolas que chegavam informavam como estava ocorrendo a ocupação, alertavam sobre a manutenção da organização, exortavam para que não fossem feitas, nas palavras dos interlocutores, "quebradeiras", e que fosse prezado o diálogo.

Essa recepção também servia para se certificar de que as pessoas que chegavam eram realmente de comunidades quilombolas, pois sempre tinham muito cuidado para que não ocorresse infiltrações de gente estranha que pudessem prejudicar o movimento.

À noite, no espaço "F" ocorriam as rodas de conversa e trocas de experiências, construindo um corpo, nos dizeres dos entrevistados que reforçava o coletivo como uma família. Coletivo

constituído ao longo de quatro dias não apenas entre os quilombolas, mas pelas relações amistosas com os servidores da casa, com a Assincra e com o pessoal terceirizado que cuida dos serviços gerais.

Esse clima amigável foi importante para que os quilombolas superassem o temor de que a qualquer momento fossem vítimas de alguma violência proveniente de ataques a mando de fazendeiros: "A gente dormia meia noite, uma hora, pessoal tudo preocupado [...] o medo da gente sofrer alguma opressão por parte de algum fazendeiro, mas que graças a Deus as pessoas deram muita força para a gente"[14]. A preocupação com infiltração de terceiros era pela segurança física, mas também pela preservação do movimento:

> [...] como não fechamos [o portão], qualquer uma pessoa poderia chegar e dizer que veio para o movimento, pra ocupação quilombola e quando chegasse lá fizesse alguma coisa, atirasse na gente [...] pensamos mais assim, que uma dessas pessoas que estamos pedindo que o INCRA faça reintegração de posse deles mandasse, pagasse alguém que mexesse com a gente ou alguma coisa assim... infiltrar alguém pra fazer baderna, coisa que a gente não pensou.[15]

Nas rodas de conversa à noite, se discutia o que ocorreu durante o dia, traçavam-se as estratégias para o dia seguinte, nessas rodas as demandas eram registradas e discutidas a ordem de prioridades a serem apresentadas pelo movimento à direção do Incra e demais órgãos mobilizados, haja vista que as principais demandas cabiam ao Incra, mas algumas demandas dependiam de outros órgãos.

O espaço da roda de conversa, de "contar causos" e de cantos, era o espaço de sociabilidade, da reprodução do quilombo na cidade. Esse clima familiar levou ao estreitamento dos laços entre os membros das diversas comunidades que ali estavam. Foi o lugar da recriação, um lugar no qual, pela energia de seus participantes se conformava uma atmosfera de otimismo, solidariedade e fortalecimento mútuos:

> Naquele momento a nossa esperança de conquista da terra voltou de novo. A nossa luta nunca vai se acabar. Ela não se acabou. Pode ter dado assim... não parado, porque a gente permanecia lá na nossa terra, mas perdemos um pouquinho a força, mas naquele momento elas voltaram novamente. Voltou de novo, principalmente pras nossas comunidades que estavam lá, estavam lá naquela ansiedade pra que a gente conseguisse realmente.[16]

Na fala acima vemos que a ocupação e os espaços que foram criados pelos quilombolas durante aquele momento permitiram um diálogo entre si e entre eles e os demais, a ponto de a atmosfera que envolvia a todos se estender até às comunidades onde seus familiares e amigos os esperavam ansiosamente por meio dos contatos telefônicos, postagens em redes sociais, como *Instagram*, *Facebook*, conversas por meio do *WhatsApp*. Nas entrevistas, os interlocutores reforçaram o ponto de que não queriam chamar a atenção para eles, mas sim para a causa que lhes tirara de seus lares, ou seja, a efetivação de seus direitos:

[14] Informação fornecida pelos quilombolas em rodas de conversa e trocas de experiências, em maio 2017.
[15] Informação fornecida pelos quilombolas em rodas de conversa e trocas de experiências, em maio 2017.
[16] Informação fornecida pelos quilombolas em rodas de conversa e trocas de experiências, em maio 2017.

> a gente levou nossos tambores como forma de fortalecimento, as nossas cantorias também como forma de fortalecimento. Teve momento que a gente não queria cantar pra que todo mundo escutasse lá, mas sim cantar entre nós, pra dar força entre nós. Nosso carimbó, nossas prosas, contar nossas histórias, ali pra gente, principalmente à noite.[17]

É importante frisar que durante o dia os esforços não eram voltados exclusivamente para as negociações com os órgãos. Tendo em vista que nas salas não cabiam todos, durante o dia também eram feitas diversas atividades para envolver os presentes na ocupação. Estas atividades eram organizadas por temas, sempre contando com a presença de algum aliado ou de pessoas do movimento para atuar como provocadores do debate, desta maneira, conversavam sobre gênero, geração, políticas públicas, experiências entre comunidades, ou seja, a ocupação foi também lugar de mobilização, formação e educação.

Essas atividades ocorriam no espaço da Assincra cedido ao movimento quilombola e no qual eles reforçavam suas energias nas trocas mais próximas com as pessoas de outras comunidades, lugar onde tocavam tambor, socializavam, reforçando ainda mais a unidade de uns com os outros.

Em relação ao movimento de ocupação os quilombolas diziam "estamos aqui" por meio de uma ocupação em que se distribuíam em lugares estratégicos, mantendo uma faixa ao lado do portão de entrada do Incra SR01 e as bandeiras na entrada do auditório, uma espécie de centro onde aconteciam as reuniões com os gestores, eles mantinham sempre alguns grupos em frente ao prédio onde fica o auditório, que é por onde passam todos que entram no Incra. Enquanto isso o grosso do movimento era acolhida no espaço "F", um espaço relativamente distante de onde a vida da superintendência ocorre. De maneira que quando queriam pressionar o superintendente o grosso do movimento se deslocava para o gabinete e ocupava-o pressionando o gestor com dezenas de pessoas nos corredores.

Os quilombolas temiam manifestações de racismo e mesmo a violência física, temor recorrente em suas falas, por isso construíram uma estratégia de ocupação cheia de nuances e sutilezas, entre as quais, permitiam o funcionamento do órgão, mas conforme as negociações não avançavam eles deslocavam pessoas da área de sociabilidade "F", e de repente dezenas de quilombolas ocupavam o gabinete pressionando o gestor a dar respostas.

Perguntamos se o medo que eles expressavam era da polícia, e eles afirmaram que temiam que a força policial fosse usada, mas este não era seu maior temor, o que tirava o sono era o medo de um cerco de pistoleiros dos fazendeiros durante a noite e por isto mantinham vigilância.

O medo muito presente o tempo todo expõe a violência sob a qual muitas dessas comunidades vem vivendo. Relatos de expulsão de suas casas, queima das mesmas, relatos de armadilhas e tocaias, tentativas de homicídios, destruição de plantações e outras formas de intimidação não são raras e pode-se ver que já provocaram traumas nos quilombolas, não os deixando se sentir seguros em lugar nenhum.

[17] Informação fornecida pelos quilombolas em rodas de conversa e trocas de experiências, em maio 2017.

Considerações Finais

A ocupação quilombola foi uma ação direta fruto de uma longa maturação, depois de muita resistência foi construída coletivamente tendo as lideranças e pessoas das comunidades quilombolas como principais protagonistas. Nos quatro dias de ocupação a política de regularização de territórios quilombolas que usualmente sofre com o racismo estrutural e não recebe a devida atenção da instituição, foi colocada no centro das prioridades da Superintendência Regional do INCRA SR01 e trouxe uma questão que sempre foi central para os quilombolas quando pensavam em realizar a ocupação daquele órgão: Esta ação vai fazer avançar as pautas ou vai inviabilizar o diálogo?

Os quilombolas avaliam que saíram vitoriosos, e que a ocupação contribuiu para fazer avançar as pautas. A ocupação quilombola ao invés de fechar o diálogo, pelo contrário, garantiu pela presença quilombola na instituição uma intensificação do mesmo, um diálogo que não se deu apenas entre os quilombolas e o Incra SR01, mas também entre os próprios quilombolas nas sucessivas reuniões formais e informais que aconteciam durante o expediente do Incra ao longo do dia e que a noite continuavam a se realizar intensamente por meio das rodas de conversas que aconteciam entre os próprios quilombolas de várias comunidades que estavam na ocupando aquele órgão.

O diálogo com parceiros e aliados que estiveram na ocupação de dia e/ou a noite também era intenso. O diálogo travado com a gestão da superintendência regional se estendeu também para o Incra sede em Brasília, com a vinda de um representante da presidência do Instituto.

A ocupação evidenciou para os quilombolas, por meio de suas experiências práticas, conforme afirmaram vários dos interlocutores entrevistados, que esta ação direta se apresentou como uma ferramenta bem-sucedida para acelerar e intensificar o diálogo no sentido de avançar em definições concretas para a realização afetiva da política pública de regularização de territórios quilombolas. A ocupação se mostrou, segundo afirmação de vários quilombolas entrevistados, como uma estratégia viável no sentido de fazer avançar a pauta quilombola, e tornou-se, definitivamente, um marco nas novas configurações de luta do movimento quilombola no Pará.

De mudanças objetivas, se conquistou na época um implemento no orçamento daquele ano, que estava na ordem de ínfimos R$ 20.000,00, com a ocupação conseguiu-se um reforço de R$ 60.000,00. Também se conseguiu retomar a mesa quilombola que há anos não acontecia e garantiu-se ainda parcerias com outros órgãos e ao final daquela ação direta se firmou diversos compromissos a serem executados não só pelo Incra, mas também por outros órgãos presentes dos quais a regularização ou outros direitos depende em algum nível, tudo com o acompanhamento do MPE e MPF e com prestação de contas a serem dadas nas mesas quilombolas que foram retomadas e passaram então novamente a ocorrer regularmente, sendo, entretanto, depois de um tempo novamente interrompidas e permanecendo assim atualmente.

Naquele ano também fez parte da pauta de reivindicações o andamento do processo do território da comunidade quilombola de Santa Luzia, Salvaterra – Marajó, que já estava fazia três anos em Brasília aguardando apreciação de recurso de uma contestação feita por um litigante. Os quilombolas conseguiram que naquele mesmo ano o recurso fosse apreciado. No momento

atual há novos desafios a serem vencidos e novamente a política de regularização dos territórios quilombolas encontra-se sob forte ataque.

Referências

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Portal da Transparência. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA**: despesas do órgão: execução orçamentária e financeira. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.portaltransparencia.gov.br/orgaos/22201-instituto-nacional-de-colonizacao-e-reforma-agraria. Acesso em: 10 maio 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF, 2003.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS. Manifesto pelos direitos quilombolas. *In*: ALMEIDA, A. W. B. de *et al.* (*org.*). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social**: territórios quilombolas e conflitos. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia: UEA Edições, 2010. p. 268-289.

COSTA FILHO, A. Quantos diques devem ser rompidos: instâncias de decisão e entraves ao processo e regularização de territórios quilombolas. *In*: OLIVEIRA, O. M. de O. (*org.*). **Direitos quilombola & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2016. p. 275-288.

GUBER, R. **La etnografia**: método, campo y reflexividad. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

LEITE, I. B. Diásporas africanas e direitos territoriais: as várias dimensões do quilombo no Brasil. *In*: OLIVEIRA, O. M. de O. (*org.*). **Direitos quilombola & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2016. p. 289-304.

O'DWYER, E. C. Uma nova forma de fazer história: os direitos às terras de quilombos diante do projeto modernizador de construção da Nação. *In*: OLIVEIRA, O. M. de O. (*org.*). **Direitos quilombola & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2016. p. 257-274.

PRIOSTE, F. Corte na carne negra: política de titulação de territórios quilombolas tem encolhimento orçamentário de 80% em 2016. **Terra de Direitos**, Curitiba, 22 fev. 2016. Disponível em: http://terradedireitos.org.br/acervo/artigos/corte-na-carne-negra-politica-de-titulacao-de-territorios-quilombolas-tem-encolhimento-orcamentario-de-80-em-2016/19749. Acesso em: 10 jan. 2019.

PROJETO VIDA DE NEGRO; CENTRO DE CULTURA NEGRA-MA. A luta das comunidades negras quilombolas do Brasil pela efetivação de seus direitos. *In*: ALMEIDA, A. W. B. de *et al.* (*org.*). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social**: territórios quilombolas e conflitos. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia: UEA Edições, 2010. p. 296-301.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Pólis, 1982.